

Políticas Públicas e Feiras Livres: Contribuições para o Abastecimento Alimentar em Regiões de Vulnerabilidade Social no Brasil

Public Policies and Street Markets: Contributions to Food Supply in Socially Vulnerable Regions in Brazil

Gabriela de Ávila Nunes

Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Economia e Relações Internacionais CSE/UFSC/Florianópolis. Membro do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar LACAF.

gabriela.217171@gmail.com

Esther Escarrone Pereira

Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural CCA/UFSC/Florianópolis - SC. Membro do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar LACAF.

estherescarrone@hotmail.com

Jean dos Santos

Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Economia e Relações Internacionais CSE/UFSC/Florianópolis.

economista.jean@gmail.com

Grupo de Trabalho (GT): GT10. Abastecimento, segurança alimentar e nutricional e dinâmicas de consumo

Resumo

Este estudo analisa o papel das feiras livres no abastecimento alimentar em regiões vulneráveis do Brasil, onde o acesso a alimentos frescos muitas vezes é restrito e dado o aumento da insegurança alimentar e presença dos desertos alimentares no país, as feiras livres emergem como uma alternativa viável para a distribuição de alimentos acessíveis e nutritivos, especialmente em comunidades de baixa renda. A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa e revisão bibliográfica para avaliar o impacto de políticas públicas, como o PAA e o PNAE, na sustentabilidade e expansão dessas feiras. Os resultados mostram que as feiras livres promovem o consumo de alimentos saudáveis, fortalecem a agricultura familiar e dinamizam a economia local, porém, sua continuidade e impacto dependem de apoio governamental estruturado. Conclui-se que a integração de políticas públicas intersetoriais é essencial para ampliar o acesso a uma alimentação de qualidade, fortalecendo um sistema alimentar mais justo e sustentável.

Palavras-chave: Feiras, Desertos alimentares, Circuitos alimentares, Segurança alimentar, Comercialização.

Abstract

This study analyzes the role of street markets in food supply within vulnerable regions of Brazil, where access to fresh food is often limited. Given the rise in food insecurity and the presence of food deserts in the country, street markets emerge as a viable alternative for the distribution of affordable and nutritious food, especially in low-income communities. The research adopts a qualitative approach and bibliographic review to assess the impact of public policies, such as the Food Acquisition Program (PAA) and the National School Feeding Program (PNAE), on the sustainability and expansion of these markets. The results show that street markets promote the consumption of healthy foods, strengthen family farming, and boost the local economy. However, their continuity and impact depend on structured government support. It is concluded that the integration of cross-sectoral public policies is essential to expand access to quality food, fostering a fairer and more sustainable food system.

Key words: Street markets, Food deserts, Food supply chains, Food security, Commercialization.

1. Introdução

O acesso a alimentos de qualidade é essencial para a saúde e o bem-estar da população, e no Brasil, o abastecimento alimentar enfrenta desafios significativos, especialmente em regiões vulneráveis, onde a insegurança alimentar é uma realidade crescente. Dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN) indicam que a pandemia de Covid-19 agravou problemas já existentes no sistema alimentar, alterando os hábitos de consumo e expondo fragilidades no acesso a alimentos frescos (Penssan, 2022). Estudos da Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam um aumento global da obesidade, associado ao consumo crescente de alimentos ultraprocessados e à redução do acesso a produtos frescos. Em 2022, aproximadamente 33 milhões de brasileiros viviam em situação de insegurança alimentar grave, o que ressalta a urgência de alternativas de abastecimento acessíveis (OMS, 2022).

Nesse contexto, as feiras livres, como cadeias curtas de abastecimento, surgem como uma alternativa viável para fortalecer o acesso a alimentos frescos e saudáveis, especialmente em regiões onde o sistema tradicional de distribuição falha em alcançar a população de maneira eficaz. No município de Chapecó, por exemplo, as feiras de produtos coloniais e agroecológicos, iniciadas em 1997 em resposta a uma crise no setor pecuário, foram desenvolvidas com apoio da prefeitura e de entidades de pequenos produtores, promovendo a valorização da agricultura familiar e oferecendo alimentos seguros e acessíveis à população local (Marques & Mello, 2009; Martinez, 2003). De maneira semelhante, o Projeto Hortas Cariocas, no Rio de Janeiro, utiliza feiras para o escoamento de alimentos produzidos em hortas comunitárias, melhorando o acesso a produtos frescos nas comunidades e fortalecendo a economia local (O'Reilly, 2014).

Estudos apontam que as feiras livres, além de promoverem a segurança alimentar, representam uma solução mais sustentável e conectada com as práticas locais de consumo, permitindo uma interação direta entre agricultores e consumidores (Darolt et al., 2016). A presença das feiras em áreas vulneráveis, como em Manguinhos e no Campo Limpo, onde o acesso a alimentos frescos é limitado, cria oportunidades para o consumo de alimentos mais nutritivos e diversificados, fortalecendo os laços comunitários e promovendo a economia solidária (Consea, 2007; Brasil de Fato, 2022).

Ainda que a presença de feiras livres tenha mostrado benefícios, as políticas de incentivo a esses espaços são muitas vezes insuficientes. Estudos apontam que as feiras podem promover a inclusão de alimentos frescos na dieta da população, mas desafios relacionados à acessibilidade e à concentração desses espaços em áreas urbanas centrais limitam seu alcance para comunidades periféricas e rurais (Claro et al., 2016). Tais limitações reforçam a necessidade de políticas públicas mais robustas para ampliar a oferta e o acesso aos alimentos in natura e minimamente processados. Estudos como o de Silva, Balem e Silveira (2015) destacam a importância de investimentos e políticas que facilitem o acesso e integrem a agricultura familiar às redes de distribuição locais, tornando o abastecimento mais eficiente.

A escolha de investigar o papel das feiras livres no abastecimento de alimentos em áreas vulneráveis justifica-se pela escassez de estudos que abordam essa relação de forma ampla, embora existam inúmeras pesquisas sobre segurança alimentar, poucas enfocam as feiras livres como uma solução alternativa para áreas de vulnerabilidade social, como os desertos alimentares. O intuito é verificar que o acesso a feiras em regiões de maior vulnerabilidade pode ser importante, evidenciando os pontos positivos que se têm ao instalarem-se feiras livres por meio de políticas públicas, beneficiando a população em geral e, de forma particular, as regiões mais vulneráveis.

Segundo Mendes e Campolina Diniz (2019), políticas que incentivam mercados locais podem aumentar a resiliência alimentar e reduzir a dependência de redes supermercadistas, que frequentemente não atendem adequadamente as populações mais vulneráveis. Assim, as feiras se tornam espaços de democratização alimentar e representam soluções locais para problemas globais de segurança alimentar.

Diante desse panorama, o estudo propõe responder à seguinte questão de pesquisa: "De que maneira as feiras livres, incentivadas por políticas públicas, podem contribuir para o abastecimento alimentar em regiões de maior vulnerabilidade social no Brasil?" A hipótese é que as feiras livres desempenham um papel essencial não apenas na distribuição e acesso a alimentos frescos e acessíveis em áreas carentes, mas também como ferramentas para promover melhores retornos financeiros aos agricultores, fortalecer a sustentabilidade logística e dinamizar as economias locais. Além do apoio governamental, iniciativas da própria comunidade, como aquelas promovidas por ONGs e movimentos sociais, têm um papel fundamental nesse processo. Esses atores, por meio da organização, mobilização e suporte logístico, complementam as ações públicas, promovendo práticas sustentáveis e fortalecendo o impacto social e econômico das feiras. No entanto, para maximizar seu alcance e efetividade, é imprescindível a sinergia entre esses esforços comunitários e investimentos governamentais direcionados.

Espera-se que os dados demonstrem que as feiras livres possuem um papel significativo no abastecimento alimentar de comunidades vulneráveis, oferecendo uma alternativa eficiente e acessível ao sistema tradicional de distribuição de alimentos. Além disso, argumenta-se que a promoção e o fortalecimento dessas feiras, mediante políticas públicas direcionadas às feiras, poderiam ampliar ainda mais seu impacto positivo, promovendo benefícios socioeconômicos, fortalecendo a agricultura familiar e contribuindo para a sustentabilidade logística.

Por fim, os resultados encontrados poderão reforçar a importância de políticas públicas voltadas para a promoção das feiras, que atualmente recebem poucos investimentos e carecem de apoio institucional. Observa-se que, apesar de seu potencial, o papel das feiras livres no sistema de abastecimento alimentar é sub-explorado e subvalorizado no Brasil e a presença desse cenário indica uma oportunidade para uma atuação mais ativa do governo, visando melhorar as condições de alimentação das populações mais vulneráveis.

2. Metodologia

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica e análise documental. O objetivo foi compreender de que maneira as feiras livres, incentivadas por políticas públicas, contribuem para o abastecimento alimentar em regiões de maior vulnerabilidade social no Brasil. A seleção do material foi orientada por critérios de relevância temática, atualidade e rigor acadêmico, com foco em estudos que abordam a segurança alimentar, a agricultura familiar e os circuitos curtos de comercialização.

A revisão foi realizada de forma sistematizada nas bases de dados SciELO, Google Acadêmico e na plataforma CAFE/CAPES, dada a amplitude e a credibilidade das fontes disponíveis. As buscas utilizaram palavras-chave como “comercialização”, “desertos alimentares”, “segurança alimentar” e “vulnerabilidade social”, permitindo mapear contribuições teóricas e empíricas sobre o tema.

Além disso, recorreu-se à análise de dados secundários provenientes de fontes oficiais, por meio de estatística descritiva, com o intuito de contextualizar a situação da insegurança alimentar e dos desertos alimentares no país. Foram utilizados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua – 2023), da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), bem como do Mapeamento dos Desertos Alimentares (2019).

3. Resultados e Discussões

A análise mostra como o apoio a essas feiras pode reduzir custos logísticos, gerar um retorno mais adequado e incentivar dietas mais saudáveis, conectando acessibilidade e segurança alimentar de maneira eficiente. Com as feiras livres, a dependência de cadeias de distribuição longas e caras diminui, facilitando o acesso da população local a alimentos nutritivos que estejam mais acessíveis à população local (Costa e Almeida, 2020; Cruz et al., 2020). Referências como as de Costa e Almeida (2020) e (Contrigiani et al., 2020), fortalecem o argumento, e um diálogo ampliado com essas fontes pode enriquecer a visão sobre o impacto das feiras na segurança alimentar.

As feiras livres, ao conectar diretamente pequenos produtores e consumidores, não apenas promovem uma economia local dinâmica, mas também desempenham um papel fundamental na preservação da identidade cultural e no fortalecimento dos vínculos comunitários. Um exemplo emblemático é a Feira Livre de Carpina, que, desde 1882, resiste ao tempo e às tentativas de modernização, mantendo práticas tradicionais como a montagem de lonas e bancos de madeira. Sua permanência não se dá apenas por seu valor econômico, mas sobretudo por seu significado simbólico e cultural para a comunidade. Como destaca Nunes (2023), a feira de Carpina configura-se como um espaço de resistência sociocultural, onde o passado e o presente se entrelaçam na vivência cotidiana da população. Ao atuar como ponto de encontro, troca e memória, a feira reafirma semanalmente sua relevância, funcionando como guardiã de tradições e expressões populares que moldam a identidade coletiva da cidade.

Sistema de Abastecimento e Consumo Alimentar Urbano

O sistema de abastecimento alimentar urbano no Brasil é marcado por desigualdades socioeconômicas que afetam diretamente o acesso a alimentos frescos. Em comunidades onde as feiras livres são incentivadas, a economia local e a sustentabilidade alimentar são fortalecidas, gerando uma rede de abastecimento que resiste à hegemonia de conglomerados alimentares e preserva práticas alimentares tradicionais (Gomes Júnior, Pinto e Leda, 2016). A dominância de grandes corporações no setor alimentar implica uma homogeneização dos produtos disponíveis, limitando a variedade e a qualidade dos alimentos acessíveis em áreas de menor renda. O estudo Comprando Qualidade: Traje, Gosto e Reciprocidade nas Feiras Livres do Vale do Jequitinhonha (Almeida e Silva, 2020) evidencia como essas feiras promovem a confiança e o fortalecimento dos laços culturais, ao possibilitar que consumidores conheçam a origem dos alimentos e reconheçam o valor das práticas produtivas locais, reforçando a importância da produção territorializada e da valorização de saberes tradicionais.

Esse sistema de reciprocidade não só enriquece o abastecimento urbano, mas também representa uma resistência à captura do conceito de comida saudável pelas grandes corporações, proporcionando uma experiência de consumo distinta, com maior proximidade e confiança. O conceito de "comida saudável", conforme definido pela OMS (2022), refere-se a uma dieta equilibrada com alimentos ricos em nutrientes essenciais e minimamente processados, como frutas, verduras, cereais integrais e proteínas magras. No entanto, o marketing das grandes corporações promove frequentemente produtos ultraprocessados como saudáveis, aproveitando-se da conveniência e rotulagem, embora esses alimentos careçam da complexidade nutricional de produtos frescos (Monteiro et al., 2019).

Dessa forma, políticas públicas que incentivam o fortalecimento das feiras livres desempenham um papel estratégico ao aproximar o conceito de comida saudável das reais necessidades nutricionais da população. Programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) promovem a

compra direta da produção da agricultura familiar, destinando alimentos frescos a comunidades e instituições públicas, enquanto editais municipais voltados à aquisição de barracas, equipamentos, transporte e melhorias de infraestrutura das feiras ampliam a capacidade de comercialização dos pequenos produtores (Araujo; Ribeiro, 2023). Tais ações não apenas contribuem para a segurança alimentar e nutricional, mas também para o desenvolvimento local sustentável, ao consolidar os circuitos curtos de comercialização e valorizar os saberes e práticas alimentares regionais.

Agricultura Familiar e Circuitos Curtos de Comercialização

A agricultura familiar no Brasil responde por uma parcela significativa dos alimentos consumidos internamente, com destaque para frutas, hortaliças e produtos típicos das feiras livres. As feiras, conforme destacado no estudo Agricultura Familiar, Feiras Livres e Feirantes do Alto Jequitinhonha (Cruz et al., 2020), configuram-se como uma fonte essencial de renda para as famílias agricultoras, ao possibilitarem a comercialização direta com os consumidores e eliminarem a presença de intermediários. A presença deste modelo de venda direta caracteriza um circuito curto de comercialização, que favorece um “retorno justo” para os produtores, uma vez que permite a obtenção de margens de lucro superiores em comparação aos canais tradicionais, nos quais os atravessadores costumam reduzir significativamente os ganhos dos agricultores.

O “retorno justo” para os produtores, nesse contexto, reflete-se em um aumento direto da renda familiar e contribui para o fortalecimento da segurança alimentar e da economia local, estudos demonstram que, para muitos agricultores, a opção de vender em feiras representa uma alternativa às instabilidades dos canais longos de comercialização, onde enfrentam preços voláteis e, muitas vezes, a dependência de atravessadores e supermercados locais (WIGGINS; KIRSTEN; LLAMBÍ, 2010). Além disso, ao ter um canal de venda estável, os agricultores familiares podem investir na produção de alimentos frescos e de qualidade, incentivando o autoconsumo e melhorando a dieta das próprias famílias.

Em municípios como Chapecó, Santa Catarina, as feiras coloniais e agroecológicas promovem o desenvolvimento da produção agrícola local ao oferecer assistência técnica, capacitação e inspeção sanitária, conforme estudo de Martinez (2003). Criadas em 1998 como estratégia para mitigar o êxodo rural, contam atualmente com cerca de 60 famílias agricultoras e mais de 90 bancas espalhadas por diferentes bairros da cidade, permitindo a venda direta de produtos coloniais e agroecológicos e fortalecendo os vínculos entre campo e cidade (Pavan, 2014). Além de Chapecó, outras iniciativas vêm se consolidando no estado, como a Feira da Agricultura Familiar de Mafra, que se manteve ativa mesmo durante a pandemia de Covid-19, evidenciando seu papel como espaço de inclusão social e segurança alimentar (Vargas et al., 2022), e o projeto de extensão universitária da Unoesp em Xanxerê, voltado à qualificação da produção e à melhoria da qualidade da água utilizada pelos feirantes, em parceria com a Epagri. A implementação dessas ações demonstram como a articulação entre políticas públicas, universidades e agricultores familiares têm potencializado os circuitos curtos de comercialização e fortalecido a agricultura familiar em diferentes regiões de Santa Catarina.

Circuitos curtos de comercialização, como feiras livres e sacolões, reduzem custos logísticos e beneficiam tanto o produtor quanto o consumidor, promovendo uma alimentação acessível e diversificada, dado que o uso dessas práticas fortalecem a segurança alimentar e promovem a sustentabilidade ao incentivar a compra de produtos locais, reduzindo a necessidade de transporte e, conseqüentemente, a pegada de carbono associada (Traversac, 2010). Em cidades como Belo Horizonte, a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional inclui feiras de alimentos orgânicos em áreas de alta vulnerabilidade, como as favelas, com o objetivo de democratizar o acesso a alimentos frescos e saudáveis. Contudo,

estudos indicam que essas feiras estão predominantemente concentradas em regiões centrais e de maior renda, limitando o acesso das populações mais vulneráveis (Rocha et al., 2023). Tal realidade reforça a urgência de políticas públicas que ampliem a distribuição de alimentos saudáveis em áreas periféricas, de modo a combater as desigualdades alimentares e promover o acesso equitativo à alimentação de qualidade. A distribuição desigual desses equipamentos dificulta o acesso a mercados e feiras para as comunidades mais carentes, que necessitam de apoio e incentivos para acessar esses mercados de forma viável e sustentável (Darolt; Rover, 2021).

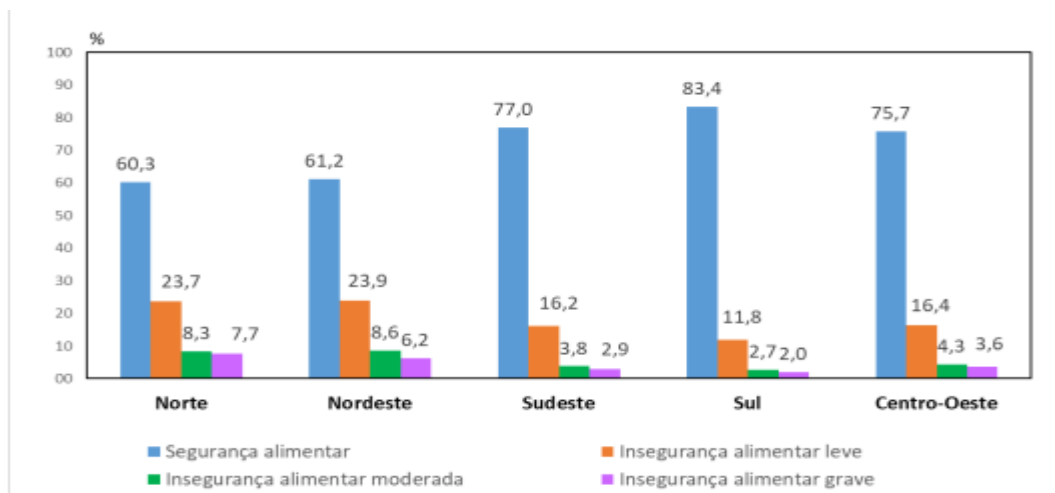
Os benefícios das feiras livres para a segurança alimentar e o desenvolvimento local são amplificados quando vinculadas a programas de apoio governamental, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Segundo Belik e Silva (2006), o PAA incentiva a compra de alimentos da agricultura familiar para distribuição em comunidades de baixa renda, fortalecendo o acesso a produtos frescos e impulsionando a economia local. Por sua vez, o PNAE destina esses alimentos às escolas públicas, promovendo a segurança alimentar de crianças e adolescentes. Leite, Recine e Vasconcelos (2018) corroboram essa perspectiva, destacando que essas políticas públicas não apenas fomentam a segurança alimentar, mas também promovem a inclusão social dos agricultores familiares, especialmente quando implementadas em sinergia com feiras livres. Ambos os estudos ressaltam que uma abordagem integrada é essencial para reduzir desigualdades alimentares, valorizando pequenos produtores e fortalecendo a sustentabilidade econômica e social. A presença de feiras livres promove uma relação direta entre agricultores e consumidores, oferecendo alimentos mais frescos e de qualidade, que valorizam a cultura alimentar e os conhecimentos locais, além de incentivar um consumo consciente e crítico (Chies; Sacco dos Anjos, 2024). Essa dinâmica é potencializada quando essas feiras estão integradas a programas como o PAA e o PNAE, que impulsionam a compra de alimentos de pequenos produtores para distribuição em comunidades vulneráveis, criando um circuito de comercialização curto e sustentável.

Dessa forma, as feiras livres não apenas asseguram um retorno econômico significativo para os pequenos agricultores, mas também desempenham um papel fundamental na promoção da segurança alimentar, ao incentivar uma produção alinhada às demandas locais e reduzir a dependência de alimentos ultraprocessados. A criação de mercados comunitários e o fortalecimento da agricultura familiar tornam-se, assim, estratégias indispensáveis para garantir o direito universal à alimentação de qualidade, promovendo simultaneamente um desenvolvimento rural e urbano mais justo, equilibrado e sustentável.

Segurança Alimentar e Feiras Livres

A segurança alimentar é um direito humano fundamental, conforme definido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 1974), que inclui o acesso a alimentos nutritivos, seguros e em quantidade suficiente. No Brasil, a insegurança alimentar ainda afeta milhões de pessoas, principalmente em áreas mais periféricas e regiões de menor renda (IBGE, 2021). O Gráfico abaixo ilustra a distribuição da situação de segurança alimentar nas cinco regiões do Brasil, evidenciando as disparidades regionais.

Gráfico 1 - Distribuição de domicílios particulares permanentes, por situação de segurança alimentar existente no domicílio, segundo as grandes regiões - 2023



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua 2023.

No gráfico 1, observa-se que o Sul e o Sudeste têm os maiores índices de segurança alimentar (83,4% e 77,0%, respectivamente), enquanto o Norte e o Nordeste apresentam níveis mais baixos (60,3% e 61,2%), com uma maior prevalência de insegurança alimentar grave, moderada e leve nessas áreas. Evidencia-se a vulnerabilidade de certas regiões, onde fatores socioeconômicos limitam o acesso a alimentos seguros e suficientes.

No gráfico 1 também destaca-se a disparidade na prevalência de segurança alimentar ao longo do Brasil, com o Norte e o Nordeste registrando índices proporcionalmente mais elevados dessa categoria. Essa característica indica que, embora a insegurança alimentar grave seja menos frequente em algumas áreas, persistem desafios relacionados à qualidade e regularidade do acesso a alimentos adequados, reforçando a necessidade de iniciativas como as feiras livres para reduzir essas desigualdades. Essa conexão facilita o acesso a alimentos frescos e in natura, reduzindo a dependência de produtos ultraprocessados que, em muitos casos, são as únicas opções disponíveis nas áreas mais afetadas pela insegurança alimentar.

Desigualdade no Acesso Alimentar e Desertos Alimentares

Os desertos alimentares são definidos como uma área geográfica na qual pelo menos 500 pessoas, ou 33% de um determinado setor censitário, residem a mais de 1,6 km de um supermercado ou mercearia e para setores censitários rurais, a distância é de mais de 16 km. Ou seja, são áreas caracterizadas pela baixa oferta de alimentos saudáveis e acessíveis, especialmente frutas, verduras e legumes, em comparação à alta disponibilidade de produtos ultraprocessados e calóricos, também são regiões, onde comumente se encontram comunidades de menor renda e fatores como a ausência de mercados próximos, falta de infraestrutura e desigualdade econômica limitam o acesso a opções alimentares de qualidade.

O termo "desertos alimentares" teve origem nos anos 1990 no Reino Unido, como forma de descrever áreas urbanas e rurais onde a população, especialmente de baixa renda, enfrenta dificuldades para acessar alimentos frescos e nutritivos. Desde então, o conceito foi adotado em diversas partes do mundo, incluindo os Estados Unidos e o Brasil, para discutir as disparidades no abastecimento alimentar e as consequências para a saúde pública, como o aumento de doenças relacionadas à má alimentação, incluindo obesidade, diabetes e hipertensão. Estudos baseados em dados do IBGE revelam que os desertos alimentares, caracterizados pela predominância de alimentos ultraprocessados e pela escassez de estabelecimentos que comercializam produtos in natura, são uma realidade em diversas regiões do Brasil, dado que em cidades como São Paulo e Salvador, observa-se que as periferias enfrentam uma oferta limitada de alimentos frescos, enquanto os produtos ultraprocessados dominam o varejo local, contribuindo para a insegurança alimentar dessas

áreas (IBGE, 2019).

A tabela a seguir, elaborada pela SE-CAISAN (2019), mostra a distribuição dos estabelecimentos que comercializam alimentos, categorizados por tipo (in natura, misto e ultraprocessado) em cada região do Brasil. Nota-se que, nas regiões Norte e Nordeste, a presença de estabelecimentos com alimentos in natura é significativamente menor em comparação com outras regiões, enquanto alimentos ultraprocessados compõem uma parte considerável dos estabelecimentos e essa disparidade acentua a dificuldade de acesso a alimentos frescos nessas áreas, ampliando as desigualdades de segurança alimentar.

Tabela 1 - Classificação dos estabelecimentos alimentares por tipo e grande região do Brasil

Região	Tipo de estabelecimento										
	In natura				Misto		Ultraprocessado		Total		
	Municípios	Feiras livres	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Norte	448	246	5%	12.889	11%	12.580	3%	3.954	2%	29.423	4%
Nordeste	1.789	1.215	24%	42.019	37%	79.373	19%	22.442	12%	143.834	20%
Sudeste	1.668	2.427	48%	35.950	32%	195.549	47%	115.392	59%	346.891	48%
Sul	1.191	842	17%	9.233	8%	94.840	23%	39.073	20%	143.146	20%
Centro-oeste	467	353	7%	12.424	11%	32.050	8%	13.303	7%	57.867	8%
Brasil	5563*	5.083	100	112.515	100	414.392	100	194.254	100	721.161	100

1

Fonte: SE - CAISAN, 2019

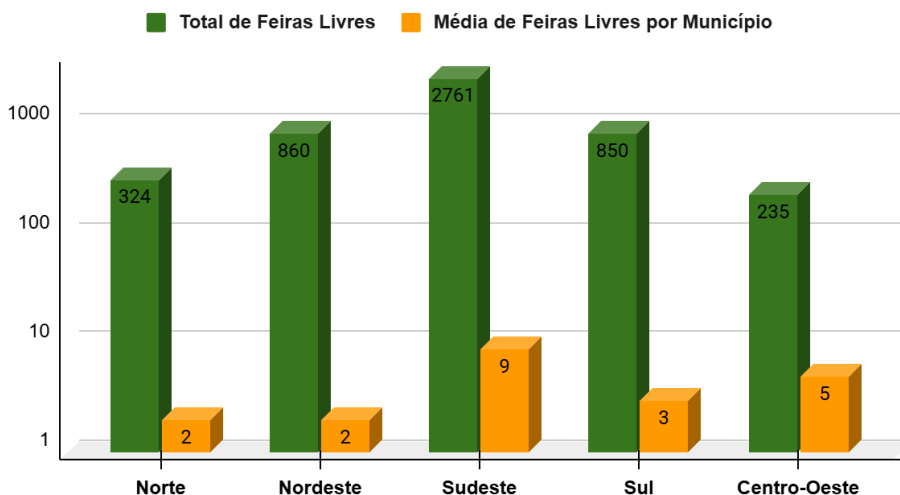
A tabela 1 evidencia as disparidades regionais no acesso a diferentes tipos de alimentos, destacando o papel das feiras livres e a prevalência de estabelecimentos que vendem produtos in natura, mistos e ultraprocessados em cada região do Brasil. Observa-se uma diferença marcante entre as regiões, onde o Sudeste concentra a maior quantidade de feiras livres e de estabelecimentos que comercializam alimentos ultraprocessados, enquanto o Norte e o Nordeste apresentam menor acesso a esses estabelecimentos, o que impacta diretamente a segurança alimentar das populações.

A análise regional das feiras livres no Brasil evidencia disparidades significativas no acesso a alimentos frescos. A Região Norte apresenta baixa oferta, com apenas 5% das feiras, enquanto o Nordeste, com 24%, ainda enfrenta desafios para atender plenamente à demanda por alimentos saudáveis. O Sudeste concentra 48% das feiras, oferecendo maior acesso, mas com alta presença de ultraprocessados (59%). Já o Sul (17%) e o Centro-Oeste (7%) mostram distribuição moderada, insuficiente em áreas de baixa renda. Essas desigualdades são ilustradas pelo gráfico 2, que demonstra a concentração das feiras livres no Sudeste, com 2.761 feiras e uma média de 9 por município, enquanto as regiões Norte e Nordeste têm números significativamente menores, com apenas 324 e 860 feiras, respectivamente, e uma média de 2 por município. Essas desigualdades reforçam a necessidade de políticas públicas para ampliar o acesso a feiras e alimentos frescos no país.

Gráfico 2 – Distribuição de feiras livres em funcionamento por região no Brasil

¹ * Número de municípios na base da RAIS 2016 com estabelecimentos que prestam serviços de alimentação ou comercializam alimentos no varejo (CNAE 2.0).

Feiras Livres em Funcionamento no país por região



Fonte: MapaSAN, 2022, elaborado pelos autores.

As feiras livres desempenham um papel fundamental na segurança alimentar, especialmente nas regiões de menor acesso a produtos frescos e de maior vulnerabilidade social. Em regiões como o Norte e o Nordeste, onde há menos feiras livres, a população enfrenta desafios mais acentuados para obter alimentos in natura e de qualidade, como mostra a pesquisa do IBGE, o que reforça a dependência de alimentos ultraprocessados. Já no Sudeste, onde as feiras são mais frequentes, há uma melhor distribuição de alimentos frescos, embora ainda coexistem com uma alta oferta de produtos industrializados.

As disparidades apresentadas na tabela indicam que políticas públicas devem focar na ampliação e no fortalecimento das feiras livres, especialmente em áreas com menor cobertura de estabelecimentos que vendem produtos in natura. A expansão das feiras livres nas regiões Norte e Nordeste, por exemplo, pode mitigar os impactos dos desertos alimentares e promover uma dieta mais saudável, reduzindo a dependência de alimentos ultraprocessados.

Estudos como o de (Claro et al., 2016) evidenciam que o consumo constante de alimentos ultraprocessados em desertos alimentares está associado ao aumento de doenças crônicas, especialmente entre as populações de menor renda. No entanto, a superação dos desertos alimentares requer políticas públicas mais efetivas, que integrem mobilidade urbana e incentivos à agricultura familiar.

Políticas Públicas de Abastecimento Alimentar

As feiras livres desempenham um papel essencial na promoção da segurança alimentar e no fortalecimento das economias locais, porém, sua continuidade e expansão, especialmente em áreas de vulnerabilidade social, enfrentam desafios significativos, como sustentabilidade financeira, logística e infraestrutura inadequada. Superar tais obstáculos e assegurar a sustentabilidade a longo prazo requer a adoção de políticas públicas estruturadas, consistentes e duradouras. Schneider et al. (2010) apontam que a falta de apoio estruturado pode limitar o impacto das feiras livres, destacando a necessidade de intervenções específicas para atender às demandas regionais e promover circuitos curtos de abastecimento.

Programas como o PAA e o PNAE são exemplos de iniciativas importantes que fortalecem o mercado local ao incentivar a compra direta de alimentos da agricultura familiar. O PAA destina alimentos frescos e saudáveis para populações em situação de insegurança alimentar, enquanto o PNAE assegura a qualidade das refeições escolares, integrando produtos locais e nutritivos às merendas. Essas iniciativas, além de combaterem a insegurança

alimentar, geram renda para pequenos agricultores, consolidando os mercados regionais (Leite; Recine; Vasconcelos, 2018).

Deste modo, programas como o PAA e o PNAE se destacam ao incentivar a compra de alimentos da agricultura familiar, o que possibilita uma dieta mais saudável para populações de baixa renda e fortalece a economia local (Maluf, 2007). Além dos programas federais, políticas locais inovadoras como o ticket feira, implementado em Curitiba, se destacam. Esse programa oferece um auxílio mensal para a compra de produtos agropecuários diretamente em feiras livres, promovendo o acesso a alimentos frescos e saudáveis para a população e fortalecendo a demanda por produtos da agricultura familiar, esta prática reduz a necessidade de intermediários, permitindo que os agricultores recebam um valor justo por seus produtos e aumentando sua estabilidade financeira (Pozzebom; Rambo; Gazolla, 2017). Outro exemplo relevante é o projeto Feira do Produtor Rural, implantado em diversas cidades brasileiras com o apoio do SEBRAE, na qual as feiras têm como foco aproximar agricultores familiares e consumidores, oferecendo suporte logístico e capacitação técnica para os produtores, o que aumenta sua competitividade e contribui para a inclusão social e econômica. Essas experiências evidenciam que políticas públicas direcionadas e iniciativas locais bem estruturadas podem mitigar desafios financeiros e logísticos enfrentados pelas feiras livres em comunidades vulneráveis e para isso, é essencial investir na infraestrutura das feiras, como sistemas de transporte e armazenamento, bem como na capacitação dos agricultores, fortalecendo a integração entre consumidores e produtores e promovendo o desenvolvimento sustentável.

4. Conclusão

As feiras livres, conforme demonstrado ao longo deste estudo, exercem um papel multifacetado na promoção da segurança alimentar, na valorização da agricultura familiar e no fortalecimento das economias locais em regiões de vulnerabilidade social no Brasil. A sua capacidade de ofertar alimentos frescos e acessíveis, ao mesmo tempo em que conecta diretamente produtores e consumidores, reafirma a relevância desse modelo de abastecimento baseado em circuitos curtos de comercialização.

Contudo, para que seu potencial seja plenamente alcançado, é indispensável a implementação de políticas públicas robustas e contínuas, sensíveis às especificidades regionais e voltadas à sustentabilidade desses espaços. Programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além de iniciativas locais inovadoras — como o ticket feira em Curitiba — destacam-se como boas práticas que podem ser ampliadas e replicadas.

Ainda assim, persistem desafios relacionados à infraestrutura, à logística e ao apoio governamental, que limitam o alcance e a efetividade das feiras livres, especialmente em áreas periféricas e rurais. Os resultados desta pesquisa reforçam a urgência de um esforço integrado entre poder público, comunidades locais e movimentos sociais, para que as feiras sejam reconhecidas como parte estratégica do sistema alimentar brasileiro. Investimentos direcionados à agricultura familiar, à ampliação do acesso em territórios vulneráveis e à qualificação das condições de comercialização são fundamentais para consolidar esses espaços como promotores de um sistema alimentar mais justo, sustentável e inclusivo.

Conclui-se, portanto, que as feiras livres, articuladas a políticas públicas consistentes, representam uma estratégia eficaz na mitigação das disparidades regionais e na promoção da segurança alimentar sustentável, especialmente em territórios marcados por maior vulnerabilidade social.

5. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, João; SILVA, Maria. Comprando Qualidade: Traje, Gosto e Reciprocidade nas Feiras Livres do Vale do Jequitinhonha. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 58, n. 4, p. 642-660, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/CYdJ3VwDWCz3FXbTdHCWb6H/>. Acesso em: 31 out. 2024.

ARAÚJO, Alexandro Moura; RIBEIRO, Aureo Eduardo Magalhães. Feiras, feirantes e abastecimento: uma revisão da bibliografia brasileira sobre comercialização nas feiras livres. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 26, n. 3, p. 493-516, 2018. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA26-3_feiras_feirantes. Acesso em: 31 out. 2024.

ARAUJO, Alexandro Moura; RIBEIRO, Aureo Eduardo Magalhães. Iniciativas governamentais de apoio e fortalecimento às feiras livres brasileiras. *Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública*, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/77490>. Acesso em: 05 abr. 2025.

BELIK, W. *O sistema agroalimentar no Brasil: uma proposta de reorganização*. São Paulo: Hucitec, 2003. Acesso em: 31 out. 2024.

BELIK, W.; SILVA, J. G. Políticas públicas e agricultura familiar no Brasil: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). *Estudos Avançados*, v. 20, n. 58, p. 147-158, 2006. Acesso em: 31 out. 2024.

BELIK, W.; SILVA, J. G. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): Fortalecimento da segurança alimentar e do desenvolvimento local. *Revista de Políticas Públicas Alimentares*, v. 5, n. 2, p. 23-36, 2006. Acesso em: 31 out. 2024.

BONAMICHI, Nayana Correa. Feiras Livres: *Um breve estudo sobre tradição urbana, sociabilidade e resistência na cidade do Rio de Janeiro*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política e Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Acesso em: 31 out. 2024.

BRASIL DE FATO. *Feiras livres fortalecem a economia solidária e promovem segurança alimentar em áreas vulneráveis*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br>. Acesso em: 31 out. 2024.

BRASIL. *Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)*, Lei n.º 11.346, de 15 de setembro de 2006. Dispõe sobre a segurança alimentar e nutricional e institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm. Acesso em: 31 out. 2024.

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. *Construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência brasileira*. Brasília: Presidência da República, 2007.

CHIES, J. J.; SACCO DOS ANJOS, F. Ocupar, resistir e produzir: famílias assentadas e feiras agroecológicas na Região Metropolitana de Porto Alegre, RS, Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 62, n. 3, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2023.283305>. Acesso em: 15 Nov. 2024.

CLARO, R. M. et al. Preços e disponibilidade de alimentos ultraprocessados em supermercados no Brasil (2008-2013). *Revista de Saúde Pública*, v. 50, p. 20, 2016.

CLARO, R. M.; MAIA, E. G.; COSTA, B. V. L.; DINIZ, D. P. Preço dos alimentos no Brasil: prefira preparações culinárias a alimentos ultraprocessados. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 8, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00104715>. Acesso em: 31 out. 2024.

CRUZ, Maria Sirlene da; RIBEIRO, Eduardo Magalhães; PERONDI, Miguel Ângelo; OLIVEIRA, Daniel Coelho de; COSTA, Heloisa de Moura. Agricultura familiar, feiras livres e feirantes do Alto Jequitinhonha. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v. 15, n. 35, p. 90-120, abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/RCT153504>. Acesso em: 31 out. 2024.

CONTRIGIANI, Ariele Carolina; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina; MONTEBELLO, Adriana Estela Sanjuan; SAUTIER, Denis. *Circuitos curtos de comercialização*. Araras: UFSCar/CPOI, 2020. (Coleção – Agroecologia em Foco). Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13744>. Acesso em: 31 out. 2024.

CUMMINS, S.; MACINTYRE, S. Food desert. evidence and assumption in health policy making. *BMJ*, v. 325, n. 7361, p. 436-438, 2002.

DAROLT, M. R. et al. Circuitos curtos de comercialização: um novo olhar sobre o consumo e a produção de alimentos. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 11, n. 2, p. 45-58, 2016.

DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José (orgs.). *Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229738>. Acesso em: 2 dez. 2024.

DEMÉTRA. Feiras Orgânicas e Segurança Alimentar em Belo Horizonte: Desafios de Acessibilidade e Inclusão Social. *Revista Demetra: Alimentação, Nutrição e Saúde*, v. 3, pág. 345-360, 2023.

NUNES, Isabela Cristina do Monte. *A Feira Livre de Carpina: A trajetória de uma feira onde as lonas e os bancos de madeira continuam sendo montados*. Colóquio de História da UNICAP, v. 17, p. 307-316, 2023.

FAO. *The State of Food Security and Nutrition in the World. Food and Agriculture Organization*, 2021.

FLACSO, ANDES. A concentração de investimentos municipais nas feiras livres e seu impacto na expansão em áreas vulneráveis. *Mundos Plurales*, v. 8, n. 2, p. 55-75, 2021. Disponível em: <https://revistas.flacsoandes.edu.ec/mundosplurales/article/view/6002>. Acesso em: 31 out. 2024.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). *The State of Food Security and Nutrition in the World*. 2021.

GOMES JÚNIOR, Claudio; PINTO, Ana Maria; LEDA, Vanessa. Alimentação e Comida: Sistema de Abastecimento e Consumo Alimentar Urbano. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 5, e00095220, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2020.v36n5/e00095220/en/>. Acesso em: 31 out. 2024.

GUIMARÃES, Camila Aude. *A Feira Livre na Celebração da Cultura Popular*. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), CELACC, Gestão Cultural e Organização de Eventos, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: Análise da Disponibilidade Alimentar no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/relea>

[ses/27298-pof-2017-2018-alimentos-frescos-e-preparacoes-culinarias-predominam-no-padrao-alimentar-nacional](#). Acesso em: 31 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa de Orçamentos Familiares: Avaliação do Estado Nutricional da População Brasileira*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021.

LEITE, F. et al. Segurança alimentar e políticas públicas no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 32, n. 93, p. 177-190, 2018.

LEITE, F. H. M.; RECINE, E.; VASCONCELOS, F. D. A. G. Políticas públicas de segurança alimentar e o papel das feiras livres no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 34, n. 1, 2018.

MALUF, R. S. *Segurança alimentar e nutricional: conceitos e políticas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

MARQUES, A.; MELLO, G. Feiras livres como alternativa ao fortalecimento da agricultura familiar. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 4, n. 2, p. 23-34, 2009.

MARTINEZ, L. M. Desenvolvimento da agricultura local e sustentabilidade: um estudo de caso em Chapecó, Santa Catarina. *Revista de Estudos Rurais*, v. 7, n. 1, p. 45-60, 2003.

MASCARENHAS, G. M. Feiras livres no Brasil: uma análise de sua importância social e econômica. São Paulo: *Editora Autores Associados*, 2008.

MDS. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Ministério da Cidadania, 2020.

MENDES, A.; CAMPOLINA DINIZ, E. Feiras livres e segurança alimentar: uma perspectiva de desenvolvimento local. *Estudos Urbanos e Regionais*, v. 21, n. 2, p. 113-130, 2019.

MINISTÈRE DE L'AGRICULTURE ET DE L'ALIMENTATION. *Políticas de apoio aos mercados locais e feiras agrícolas*. Paris: Ministère de l'Agriculture et de l'Alimentation, 2024. Disponível em: <https://agriculture.gouv.fr>. Acesso em: 01 Dez. 2024.

MONTEIRO, C. A. et al. Ultra-processed foods: what they are and how to identify them. *Public Health Nutrition*, v. 22, n. 1, p. 936-941, 2019.

OLIVEIRA, D. C. R. et al. Sustentabilidade ambiental e práticas nas feiras livres brasileiras. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 29, p. 198-210, 2013.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Healthy diet*. 2022. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/healthy-diet>. Acesso em: 15 Nov. 2024.

O'REILLY, K. *Projeto Hortas Cariocas: Sustentabilidade e Inclusão Social no Rio de Janeiro*. Cadernos de Inclusão Social, v. 9, n. 2, p. 12-29, 2014.

Pozzebon, L., Rambo, A. G., & Gazolla, M. (2017). As Cadeias Curtas das Feiras Coloniais e Agroecológicas: Autoconsumo e Segurança Alimentar e Nutricional. *Desenvolvimento Em Questão*, 16(42), 405–441. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/6057>. Acesso em: 31 out. 2024.

POZZEBOM, M.; RAMBO, A. G.; GAZOLLA, M. Feiras livres e agricultura familiar: um estudo sobre a experiência do ticket feira em Curitiba. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 55, n. 3, p. 485-504, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 4 dez. 2024.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>. Acesso em: 4 nov. 2024.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A.; SCHOTT, L. Agricultura familiar e segurança alimentar: entre o global e o local. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 48, n. 2, p. 225-260, 2010.

SCHNEIDER, S. et al. Agricultura Familiar e Segurança Alimentar no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 48, n. 2, p. 225-260, 2010.

SCHNEIDER, S.; NASCIMENTO, C. A.; MÜLLER, A. Produção e abastecimento alimentar em circuitos curtos: o que há de novo sobre a perspectiva da segurança alimentar e nutricional? *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 48, n. 3, p. 449-472, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 4 dez. 2024.

SILVA, A. L. da; BALEM, T. A.; SILVEIRA, C. A. M. Feiras que promovem a inclusão de agricultores familiares em cadeias curtas de comercialização. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 29, n. 1, p. 232-250, 2021.

SEN, A. *Poverty and Famines: An Essay on Entitlement and Deprivation*. Oxford: Clarendon Press, 1981.

SILVA, J. G. Segurança Alimentar: um desafio para o Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

SILVA, J. G. et al. Impacto das feiras livres na segurança alimentar das populações vulneráveis. *Revista Brasileira de Economia*, v. 70, n. 1, p. 123-140, 2016.

SILVA, José da. As Cadeias Curtas das Feiras Coloniais e Agroecológicas: Autoconsumo e Segurança Alimentar e Nutricional. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2022.

TRAVERSAC, JB Cadeias curtas de fornecimento de alimentos e sistemas alimentares locais na Europa: práticas alternativas, dinâmicas e impactos. *Agricultural Economics Review*, v. 11, n. 1, p. 71-81, 2010.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. *Farmers Market Promotion Program*. 2024. Disponível em: <https://www.ams.usda.gov/services/grants/fmpps>. Acesso em: 01 Dez. 2024.

WEGNER, R. *Configuração da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: O Estado e o Mercado no Abastecimento Alimentar*. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2011. Acesso em: 31 out. 2024.

WIGGINS, S.; KIRSTEN, J.; LLAMBÍ, L. O futuro das pequenas propriedades agrícolas. *Desenvolvimento Mundial*, v. 38, n. 10, p. 1341-1348, 201. Acesso em: 31 out. 2024.